

Morador quer revisão de taxa

No dia 14, a Câmara de Vereadores de Vitória fará uma audiência para discutir a cobrança da taxa de marinha

A associação de Ocupantes e de foreiros de Terrenos de Marinha no Estado do Espírito Santo quer agilizar a votação dos projetos que modificam a legislação sobre a cobrança de taxa por ocupação destas áreas, que terá um reajuste de até 131,80% na Grande Vitória a partir de junho.

A tabela com os índices de reajuste foi publicada ontem, com exclusividade, em **A Tribuna**.

O presidente da associação, José Carlos Lyrio Rocha, terá uma audiência com o vice-governador, Lelo Coimbra, para tentar mobilizar forças políticas a fim de agilizar a votação de três projetos que estão em tramitação no Congresso Nacional.

“Os projetos já foram aprovados pelo Senado, mas ainda dependem da Câmara dos Deputados. Queremos apoio do governo para que converse com a bancada capixaba a fim de que agilizar a votação desses documentos”, disse o presidente.

Um dos projetos foi elaborado pelo então senador Paulo Hartung que prevê alteração na definição de preamar média. Hoje o cálculo é baseado em 33 metros da linha do ano de 1831. De acordo com o documento, este cálculo passará para 33 me-

tros de linha do ano de 2000.

“Em 1831, as cidades do Espírito Santo basicamente não existiam. Se a base para cálculo for de 2000, muitas pessoas que hoje pagam a taxa de marinha, passarão a não pagar mais”, explicou José Carlos Lyrio Rocha.

Outro projeto, que já foi aprovado pelo Senado, é do ex-senador Ricardo Santos que prevê redução do percentual da taxa de ocupação, que atualmente varia de 2% a 5%, para 1%.

O mesmo documento prevê a redução de 0,6% para 0,3% da taxa de foro, enquanto que o laudêmio passará de 5% sobre o valor do terreno mais benfeitorias para 1%.

“O ex-senador também elaborou o projeto que estabelece regras para venda. Por exemplo, o Estado vendeu um terreno para particulares e na escritura não diz que é área de marinha, mas a União acaba dizendo que há cobrança da taxa”, disse o presidente.

No dia 14, a Câmara de Vereadores realiza uma audiência pública com o objetivo de discutir assuntos relacionados à cobrança da taxa de marinha e aos projetos em tramitação no Congresso Nacional.

Foram convidados todos os prefeitos de cidades onde há cobrança da taxa de marinha.